SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

SARAH DA SILVA BARROS

POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO PERÍODO DE 2014/2018

Marabá- PA

SARAH DA SILVA BARROS

POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO PERÍODO DE 2014/2018

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como exigência final para obtenção do título de pedagoga com diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá.
Orientador: Profº Msc. Silvana de Sousa Lourinho

Marabá - PA

SARAH DA SILVA BARROS

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Barros, Sarah da Silva

Políticas públicas desenvolvidas para a educação de jovens e adultos (EJA) no período de 2014/2018 / Sarah da Silva Barros ; orientadora, Silvana de Sousa Lourinho. — Marabá : [s. n.], 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Marabá, 2020.

1. Educação de jovens e adultos – Marabá (PA). 2. Política pública - Educação. 3. Evasão escolar. 4. Professores de educação de jovens e adultos. 5. Prática de ensino. I. Lourinho, Silvana de Sousa, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 374.98115

Elaborada por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO PERÍODO DE 2014/2018

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como exigência final para obtenção do título de pedagoga com diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá.
Orientador: Profº Msc. Silvana de Sousa Lourinho

Data da Defesa: ____/____/2020

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
Prof.ª Msc. Silvana de Sousa Lourinho (Orientadora) – UNIFESSPA

_____
Prof. Dr. Clovis Barbosa

_____
Prof. Dra. Marizete Fonseca da Silva

Marabá-PA

Dedico este trabalho aso meus pais,

Mizael e Nauderi que tanto me apoiaram durante toda a minha vida...

Ao meu filho, Asafe por ser a minha fortaleza mesmo sem perceber.

À professora, Silva Lourinho por ter sido tão presente em toda nossa graduação e por ter aceitado a difícil missão de ser minha orientadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as vezes em que me deu discernimento do que fazer e por ter me sustentado durante esse processo.

Meus pais, Nauderi e Mizael por todas as vezes em que, mesmo por meio de broncas, me mostravam a importância dos estudos.

Meu filho, Asafe pelo apoio todos os dias e por ser a criança mais doce e gentil que conheço.

Agradeço também a minha turma de pedagogia 2014, e aos professores que durante nossa graduação foram tão importantes no processo de ensino aprendizagem.

“A humildade exprime, uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém”.

Paulo Freire

POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO PERÍODO DE 2014/2018

Sarah da Silva Barros, UNIFESSPA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal pesquisa realizar uma analise teórica em torno das Politicas Publicas desenvolvidas para a Educação de Jovens e Adultos no período de 2014 a 2018, e tem como objetivos específicos: 1) Realizar uma reflexão acerca das politicas publicas voltadas para a EJA; 2) Apresentar as contribuições para essa modalidade, apontando outros possíveis caminhos para a (re)elaboração de novas praticas educativas na Educação de Jovens e Adultos. Este trabalho foi desenvolvido através da abordagem qualitativa, tendo como tipologia a pesquisa bibliográfica e documental em torno da EJA. Desse modo foram analisados os dados do Censo escolar apresentados pelo INEP e também dados do Ministério da Educação e literaturas especificas da área. A Educação de Jovens e Adultos há muito tempo não tem sido tratada como deveria ser; passando por governos que viam essa modalidade sem esperanças de futuros melhores e sendo reduzida a meros números de estatísticas, sem apoio financeiro merecido, sem politicas publicas suficientes e com a desvalorização do profissional atuante na área.

Palavras chave: Politicas Publicas. EJA. Evasão Escolar. Financiamento.

ABSTRACT

The main objective of this article is to carry out a theoretical analysis around the Public Policies developed for Youth and Adult Education in the period from 2014 to 2018, and has as specific objectives: 1) To carry out a reflection about the public policies focused on EJA; 2) To present the contributions to this modality, pointing out other possible ways to (re)elaborate new educational practices in Youth and Adult Education. This work was developed through the qualitative approach, having as its typology the bibliographic and documentary research around EJA. In this way, the data from the school census presented by INEP were analyzed, as well as data from the Ministry of Education and specific literature in the area. Youth and Adult Education has not been treated as it should be for a long time, passing through governments that saw this modality without hope of better futures and being reduced to mere numbers of statistics, without deserved financial support, without sufficient public policies and with the devaluation of the professional acting in the area.

Keywords: Public Policies. EJA. School Evasion. Financing.

LISTA DE ABREVIAÇÕES

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

EJA – Educação de Jovens e Adultos

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

MEC – Ministério da Educação

LISTA DE TABELAS

Quadro 1: Taxa de Analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ---------- 11

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS
1990 FINAL DO SÉC. XX E INÍCIO DO SEC. XXI. ---------- 12

CAPÍTULO II

POLITICAS PUBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS---------- 14

CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES---------- 18

CONSIDERAÇÕES FINAIS---------- 19

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS---------- 21

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade do Ensino Fundamental e Médio, que possibilita a oportunidade para muitas pessoas que por algum motivo não tiveram acesso a escolarização na idade própria possibilitando a jovens e adultos iniciarem ou continuarem seus estudos garantindo assim o direito de educação para todos. A EJA passou por muitas mudanças, com importantes conquistas na legislação nos últimos 25 anos, porém é difícil fugir da conclusão de que essa modalidade de ensino está relegada ao segundo plano na agenda dos governantes e da própria sociedade.

No Brasil a EJA encontra algumas problemáticas sociais, contudo é preciso identificar suas dificuldades e limitações para estabelecer políticas públicas adequadas.

A EJA, no transcorrer do seu processo histórico, apresenta-se como uma educação compensatória (GODATTI; ROMÃO, 2011), sendo vista como uma oportunidade de superar falhas no processo educacional dos alunos dessa modalidade.

Sendo assim, os alunos, buscam na Educação as possibilidades de superar suas condições de trabalho e sobrevivência. sendo capaz de superar-se no processo de qualificação profissional e pessoal.

> Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos. (GADOTTI; ROMÃO, 2001, P. 31).

Esse novo homem e novo profissional se formara através da educação, despertando através do processo de socialização e integração. É indispensável a implementação de políticas públicas para a EJA, garantindo condições mínimas de trabalho, sobrevivência, e uma Educação de qualidade. Partindo desse pressuposto e com ênfase no que diz a Constituição Federal, no Artigo 205, que prescreve a Educação como direito de todos e dever do estado.

Entender a importância da Educação de Jovens e Adultos é também desmistificar a visão que parte da sociedade tem de que a busca por essa modalidade surge primordialmente apenas para garantir uma certificação.

O aluno da Educação de Jovens e Adultos vê na educação o caminho para entender e melhorar seu mundo e a sociedade em que vive, e deve ser atendido com a mesma importância que os alunos da escola regular. Deve-se também ser disponibilizado professores capacitados para desenvolver nesse aluno o seu senso crítico e não apenas torna-lo um mero reprodutor de ideias.

A partir daí entende-se que politicas públicas para essa modalidade são imprescindíveis, elaborar programas federais, estaduais e municipais para atender essa demanda de forma satisfatória a garantir os direitos de acesso à educação para todos.

CAPITULO I

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990 FINAL DO SÉC. XX E INICIO DO SEC. XXI.

Ao longo de sua história, a Educação de Jovens e Adultos, como é hoje denominada, realizouse como prática social através de instituições formais ou não. Na história do Brasil é possível perceber as dificuldades encontradas nessa modalidade de ensino, desde a época em que os jesuítas eram responsáveis pela educação até os dias de hoje. Ainda na década de cinquenta, deste século surgiram severas críticas à Campanha de Educação de Jovens e Adultos, devido ao caráter superficial do aprendizado, ao curto período e à inadequação do método para a população adulta, que era aplicado de forma igual nas diferentes regiões do país. E devido à campanha não ter obtido bons resultados em diversas regiões do país, sobretudo na Zona Rural, foi extinta logo em seguida. Depois disso surge, então, uma nova referência no panorama da educação brasileira para Jovens e Adultos: Paulo Freire.

Com a pedagogia de Paulo Freire, nasce, nesse clima de mudança no início dos anos sessenta, a Educação Popular que se articulava à ação política junto aos grupos populares: intelectuais, estudantes, pessoas ligadas à igreja católica e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em 1964, foi aprovado o plano Nacional de Alfabetização. O Brasil todo deveria ser atingido e orientado pela proposta de Paulo Freire. Mas com o golpe militar de 64, toda essa proposta de uma educação inovadora foi suprimida e para substituí-la foi proposto o MOBRAL.

Com a proclamação da Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 60 das Disposições Gerais e Transitórias, a sociedade civil e o Governo Federal ficariam encarregados de juntos erradicar o analfabetismo no país, desde um tempo atrás tenta-se acabar com o analfabetismo, mas ainda muita coisa tende ser feita para que isso ocorra, pois ainda existem muitos analfabetos necessitando estudar. A principal responsável pela coordenação da erradicação do analfabetismo no Brasil no período de 10 anos era a fundação EDUCAR, que junto com o MEC convocou, em 1989, uma comissão que era composta por especialistas que vinham desenvolvendo ou que já haviam desenvolvido trabalhos/pesquisas na área da EJA, para que juntos discutissem a preparação do Ano Internacional da Alfabetização, que ficou definido pela UNESCO que seria o ano de 1990.

Em 1990 a fundação EDUCAR foi extinta e como desarticulação criou-se uma comissão chamada de Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização (CNAIA), onde a Educação de Jovens e Adultos foi descentralizada, passando a responsabilidade aos municípios, mesmo que ainda continuasse havendo intervenção do estado.

Ainda durante o ano de 1990, o Ano Internacional da Alfabetização, várias entidades governamentais e não governamentais realizam diversos encontros, seminários, debates e congressos por todo o país, para discutir e apresentar propostas afim de erradicar o analfabetismo no Brasil.

O governo federal lança, nesse mesmo ano, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que pretendia nos 5 anos seguintes reduzir em 70% o número de analfabetos no país. O governo, ainda nesse período, tentou criar o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), mas com o impeachment ele foi deixado de lado por Itamar Franco, mostrando como estava sendo tratada a Educação Jovens e Adultos e como havia ficado as políticas públicas no Brasil para educação.

E mesmo em 1995, quando houve a Reforma da Educação e houve a descentralização dos sistemas educacionais, na Educação de Jovens e Adultos, não houve muitos esforços, pois, ela ainda ficou de lado.

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil segundo Soares (2001, p. 201) "se insere nesse contexto: em meio à sua desvalorização e à indiferença, convivemos com numerosas iniciativas e consolidação de propostas em seu âmbito". Pouco se fez no sentido de atender adultos que tentaram muitas vezes voltar para a escola, pois os programas voltados à Educação de Jovens e Adultos no Brasil tornaram-se reféns de uma situação que durante décadas fez desse assunto um discurso político rentável e desconectado de compromissos reais. Nesse sentido Torres (1994 apud HADDAD 2001 P. 198) afirma que:

> As reformas educativas, na verdade, vêm dando ênfase aos aspectos econômicos e de controle administrativo. Importa mais a formação da mão-deobra para o capital do que formação do cidadão para a sociedade. Importa mais o ajuste econômico dos sistemas escolares públicos à lógica neoliberal da reforma do estado do que o investimento social que a educação proporciona para a sociedade. As instancias centrais estabelecem os currículos e critérios mínimos de assimilação de conteúdo, assim como o sistema de avaliação também centralizado, e deixa muitas vezes para o jogo do mercado a melhoria da qualidade do ensino.

As pessoas que buscam a EJA geralmente são vistas pelos governantes com um olhar pouco animador, pessoalmente vejo que o que se sente é que as politicas publicas voltadas para essa modalidade não tem tido a atenção necessária estando sempre em segundo plano nas pautas dos governos, seja na esfera federal, estadual ou municipal que sempre julgam teres assuntos mais urgentes a serem tratados.

No ano de 1996 surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96, que define a EJA como Modalidade da Educação Básica: "a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade própria" (BRASIL, 1996), garantindo igualdade de acesso e permanência na escola e ensino de qualidade, além da valorização da experiência extraescolar.

Assegurando ainda Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria. O antigo ensino supletivo passou a se chamar Educação de Jovens e Adultos – EJA – e ganhou um sentido mais amplo: preparar e inserir ou reinserir o aluno no mercado de trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA surgiram para fazer cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 9.394/96, que contempla a ''Educação de Jovens e Adultos'', considerando a educação como direito social à cidadania. Continuando às Políticas Públicas na EJA, é valido registrar o que determina sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), ressaltando o que diz o texto do artigo 214 da Constituição Federal de 1988:

> A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:
> I – Erradicação do analfabetismo,
> II – Universalização do atendimento escolar (BRASIL, 1988).

CAPÍTULO II O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A EJA- 2001

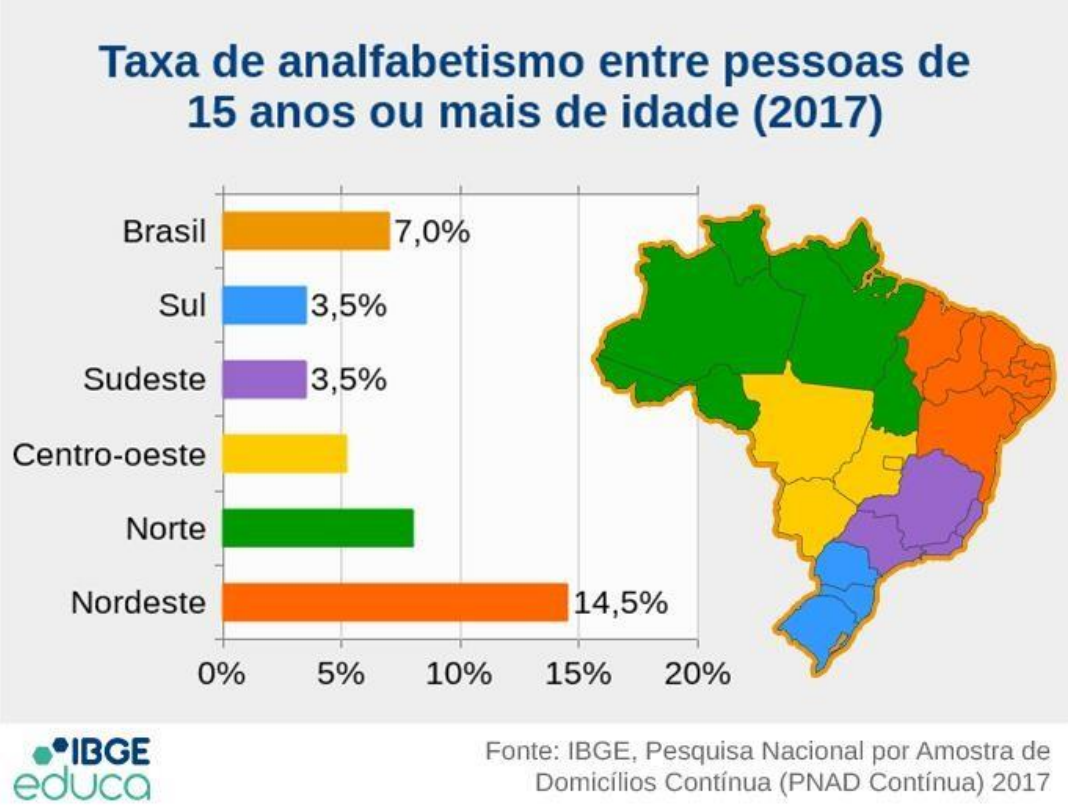
> O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento da política educacional que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos. Sua finalidade é orientar as ações do Poder Público nas três esferas da administração (União, estados e municípios), o que o torna uma peça chave no direcionamento da política educacional do país. A LDB, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, determinou a elaboração de um plano nacional de educação no prazo de um ano, a contar da data da sua publicação (HADDAD, 2001).

O PNE foi um compromisso assumido na reunião de avaliação da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Joimten, 1990*)* denominada Fórum Mundial de Educação (Senegal, Dakar, abril, 2000), foi sancionado em janeiro de 2001, entre outras medidas estabelece, programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.

Muito se falou durante anos sobre a erradicação do analfabetismo no Brasil, porém muita coisa ficou somente no bonito discurso dos governantes, sempre com metas de 10 ou 5 anos para conseguir alfabetizar os milhões que ainda vivem nessa situação, porem pouco tem realmente sido feito.

Podemos perceber, pelos dados do analfabetismo no Brasil, que as metas nunca chegaram a ser alcançadas de fato, observando, através do gráfico, que essa taxa de pessoas analfabetas é maior no norte e nordeste regiões onde a pobreza é maior. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2017**,** a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,0 % (11,5 milhões de analfabetos).

A taxa de 2016 havia sido 7,2%, sendo que o número de pessoas de 15 anos ou mais que são analfabetos apresentou uma redução de aproximadamente 300 mil pessoas.



IBGE educa

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2017

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 45,0%, em 2016, para 46,1%, em 2017.Também em 2017, 49,5% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 26,8% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 15,7%, o superior completo.

O acesso à Educação de qualidade é direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania e ampliação da democracia. Os investimentos públicos em educação são de extrema importância para a redução da pobreza, criminalidade e ampliação do crescimento econômico, bem-estar e acesso aos direitos fundamentais pela população.

A EJA é vista como um meio mais rápido para que as pessoas que não concluíram os estudos consigam sua certificação, os alunos dessa modalidade em sua grande maioria trabalham durante o dia e estudam a noite, chegam cansados e muitas vezes desmotivados, uma aula mecanizada onde os alunos não tem a oportunidade de vivenciar experiências que os fariam desenvolver seu senso crítico, transforma-os em meros reprodutores de conteúdos não assimilados. Isso desestimula o aluno a querer buscar conhecimento levando-os a desistirem de continuar os estudos e aumentando as taxas de evasão escolar e estagnando as taxas de analfabetismos.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO FEDERAL VOLTADOS PARA A EJA

O governo federal desenvolveu e desenvolve algumas políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, ainda não é o ideal e vendo pelo lado partidário a educação em todos os seus módulos sofre com mudanças de governos, pois o que é feito por um se o outro não gostar acaba sendo cortado não importando se tem surtido efeito ou não, e nessa disputa quem sofre as consequências é o povo, que tem o direito à educação de qualidade assegurado pela constituição brasileira.

O programa Brasil Alfabetizado existe desde 2003 e seu foco é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) – população acima dos 15 anos. Presente em todo o País, o programa prioriza cidades com índices altos de analfabetismo – especialmente na Região Nordeste, onde os índices de analfabetismo são maiores. Para participar, a prefeitura ou estado deve aderir ao Sistema Brasil Alfabetizado.

Os professores alfabetizadores participam presencialmente no contra turno e recebem uma bolsa, assim como os coordenadores – o apoio técnico e financeiro é da União. Atrelado a essa política pública temos o programa nacional do livro didático para a alfabetização de jovens e adultos (PNLDEJA), o objetivo desse programa é a disponibilização de livros didáticos aos alunos do Programa Brasil Alfabetizado e de turmas de EJA de programas locais e regionais. A escolha e a distribuição dos materiais são trienais.

Uma das políticas públicas mais conhecidas voltadas para a EJA é o PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Educação, Qualificação e Ação comunitária): criado em 2005, quando o governo federal lançou a Política Nacional da Juventude, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

Destinava-se aos jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos, oferecendo a conclusão do Ensino Fundamental com iniciação profissional. Outro programa direcionado à EJA é o ProJovem urbano que tem como meta principal a elevação da escolaridade da população entre 18 e 29 anos que já sabe ler e escrever, mas que não concluiu o Ensino Fundamental na idade correta.

O programa oferece Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e curso sobre ações comunitárias. A duração da formação é de 18 meses e a bolsa mensal é de 100 reais para o participante.

Uma das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos mais comentadas nos últimos anos é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), foi realizado pela primeira vez em 2002 para aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada.

Antes, a certificação para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) era feita por meio de provas realizadas pelas secretarias municipais ou estaduais de educação, outra opção para obtenção do certificado.

O ENCCEJA é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação. O Exame é aplicado pelo Inep, mas a emissão do certificado e declaração de proficiência é responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que firmam Termo de Adesão ao ENCCEJA.

O Exame tem quatro aplicações, com editais e cronogramas distintos: ENCCEJA Nacional para residentes no Brasil, ENCCEJA Nacional PPL, para residentes no Brasil privados de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas, ENCCEJA Exterior, para

brasileiros residentes no e ENCCEJA Exterior PPL, para residentes no exterior privados de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas.

As aplicações fora do Brasil são realizadas em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Esse programa tem como público alvo jovens e adultos residentes no Brasil ou no Exterior que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos em idade própria e que atendam ao art. 38, §§1º e 2º da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Tenha, no mínimo, 15 anos completos na data de realização do exame, para quem busca a certificação do ensino fundamental; ou tenha, no mínimo, 18 anos completos na data de realização do Exame, para quem busca a certificação do ensino médio.

O programa pode ser visto como uma válvula de escape para alunos que não concluíram os estudos, não se sentem motivados a concluírem, mas que precisam ser certificados para poderem melhorar de cargo na empresa em que trabalha.

Atualmente o cenário da EJA é de muitas incertezas, durante os primeiros meses de governo Bolsonaro já no dia 2 de janeiro, ao nomear a equipe do Ministério da Educação, o presidente dissolveu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD). O órgão era responsável não apenas pela modalidade de EJA em especifico, como também por outras modalidades cujos sujeitos, frequentemente, são também estudantes da EJA, como a Educação do Campo e a Educação nas Prisões.

Em seu lugar, foram criadas duas novas secretarias: a Secretaria de Alfabetização e a Secretaria de Modalidades Especificas da Educação. No decreto que as institui, entretanto, não há nenhuma diretoria especifica dedicada à modalidade EJA. As estratégias e princípios da EJA tampouco aparecem no desenho atual da Política Nacional de Alfabetização. Meta dos 100 dias de governo, o documento tem uma única menção à Educação de Jovens e Adultos: o desenvolvimento de matérias didático-pedagógico.

Segundo Luís Alves Junior, diretor presidente da Global Editora, única editora que atende estudantes de EJA no ensino médio no Brasil. O Programa Nacional do Livro Didático (EJA) teve sua última distribuição de livros em 2016.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES

Fomos em busca dos dados na secretaria de educação do município e nos mandaram para uma escola especifica com a fala de que lá se encontravam os dados da EJA. Porém nessa escola foi dito que a informação da secretaria de educação estava errada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas não são a cura para todos os males, mas uma conquista que se impõe como resultado de uma triste realidade diante da sociedade contemporânea e do mundo globalizado.

Apesar destas contingências, falamos de homens e mulheres que vivem seu cotidiano passando por situações humilhantes, onde enfrentam desafios com estratégias sociais e cognitivas desenvolvidas num contexto de negação de uma condição indesejada. A condição de analfabetos lhes impõe situações onde por vezes dizem não enxergar direito, possuir letra ruim, não estar passando bem de saúde, não entender aquele tipo de letra entre outras possibilidades camufladas (MOLL, 2005).

Somado a esses analfabetos temos àqueles que não conseguem concluir seus estudos, denominados analfabetos funcionais, causando evasão e repetência ao sistema educacional. A indicação mais fiel da desigualdade social está nos índices de repetência e evasão. Quando a criança deixa a escola, fonte primária de cidadania, ela vai para as ruas e só pode se transformar em um jovem e adultos oferecendo mão-de-obra despreparada.

Saber ler e escrever não está ao alcance da maioria da população brasileira mesmo que esse direito esteja assegurado na Constituição Brasileira e que se entenda ser necessário para a construção de sociedades contribuindo para o desenvolvimento econômico à prosperidade e a redução da pobreza (UNESCO, 1990).

Nota-se a posição secundária a que foi relegada a educação de pessoas jovens e adultas mostrando fatos amplamente conhecidos em nosso meio, como a improvisação no uso de instalações, a alocação de professores cedidos ou sem a fixação no estabelecimento, fato traduzido muitas vezes em um atendimento deficitário. Por haver sido ultrapassada a faixa de idade da obrigatoriedade escolar, sua procura é voluntária trazendo problemas de oscilações no número de alunos. Outro fato que confunde um pouco os objetivos da EJA é a flexibilização necessária ao atendimento das necessidades dos alunos traduzidos em valores menos aceitáveis por parte da população, preferindo por vezes o ensino regular, mesmo que seja um pretenso aluno evadido por não dar conta das exigências do ensino regular haja vista os problemas pessoais e outros enfrentados pelos jovens trabalhadores. Essas evidências mostram a vulnerabilidade da EJA dificultando a obtenção de recursos e ficando mais sujeita a cortes orçamentários (GOMES e CARNIELLI, 2003).

A EJA precisa ser vista como parte fundamental no sistema de ensino no Brasil e não como uma mera tentativa de certificação, e o fundamental para que isso ocorra são recursos direcionados para esse fim. Uma das questões primordiais a serem vista é a desvalorização do professor, assim como a assistência aos alunos evadidos das salas de aula, entre outros fatores.

Conquistas são observadas, contudo ao destacar que ainda há aproximadamente 125 milhões de crianças fora da escola e 880 milhões de analfabetos, a maioria dos quais são mulheres e vivem em países pobres e considerando que o Brasil possui mais de 16 milhões de analfabetos, medidas urgentes no sentido de diminuir esses números precisam transformar-se em realidade (BRASIL, 2003).

Concluindo esse estudo destacando que o objetivo desse texto é apenas refletir sobre os problemas educacionais na EJA, sabendo que muito ainda precisa ser feito, sendo um deles as Políticas Públicas e para que mudanças significativas se efetivem no cumprimento das metas previstas, será imprescindível a participação da sociedade.

Sabe-se que muito ainda precisa ser feito para que a Educação de Jovens e Adultos chegue a um patamar desejável, precisamos entender o jovem e o adulto que busca essa modalidade, levar em consideração suas vivencias e saberes e em conjunto com as secretarias de educação, governos estaduais e governo federal estabelecer políticas públicas para que a EJA continue vigorando, pois sua possível extinção seria devastador na vida daqueles que por algum motivo não puderam concluir seus estudos no tempo desejável, que possam ajudar o aluno da EJA a se tornar um cidadão crítico.

O objetivo da Educação de Jovens e Adultos, diferentemente de outras políticas de alfabetização de adultos, não deve ser apenas a certificação ou o treinamento para o mercado de trabalho; deve, sim, oferecer formação profissional continuada. Deve ter significação maior, possibilitar uma formação geral do indivíduo, dando a ele o direito de entender e intervir na sociedade na qual está inserido, o direito de tornar-se cidadão. Deve também possibilitar o desenvolvimento de talentos. Para Freire (1979), esta é uma das funções da educação dirigida a jovens e adultos; ela humaniza o homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em : https://www.ibge.gov.br/

_____. Plano Nacional de Educação. Brasília: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em http://portal.inep.gov.br

HADDAD, Sérgio. A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

MOLL, Jaqueline. Apresentação. (Org.). In: MOLL, J. Educação de jovens e adultos. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

MOURA. Tania Maria de Mello. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 4. ed. ver. ampl. Maceió: Edufal, 2006.

PINTO, Álvaro Vieira, 1909. Sete lições sobre educação de adultos. 16. Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.